



ESTADO DE SERGIPE

Ministério Público – Procuradoria Geral da Justiça

Concurso Público para Provimento do Cargo de

Promotor de Justiça

Fase Preliminar
Prova Objetiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

<p>1. Exclui a culpabilidade</p> <p>(A) a desistência voluntária. (B) a adequação social do fato. (C) o estrito cumprimento do dever legal. (D) o erro sobre a ilicitude do fato. (E) a insignificância da conduta.</p>	<p>7. No caso de estupro com violência presumida praticado contra menor de pais pobres, a ação penal é</p> <p>(A) pública incondicionada. (B) pública subsidiária. (C) pública condicionada. (D) privada. (E) privada subsidiária.</p>
<p>2. Aquele que, sem praticar ato executório, concorre, de qualquer modo, para a realização do crime, por ele responderá na condição de</p> <p>(A) co-autor. (B) co-autor moral. (C) partícipe. (D) autor mediato. (E) autor.</p>	<p>8. Aquele que falsifica, em parte, testamento particular pratica o crime de</p> <p>(A) falsificação de documento público. (B) falsificação de documento particular. (C) falsidade ideológica. (D) falsificação de selo ou sinal público. (E) supressão de documento.</p>
<p>3. Nos crimes dolosos sem violência ou grave ameaça à pessoa, a pena privativa de liberdade pode ser substituída unicamente por multa se não ultrapassar</p> <p>(A) três meses. (B) seis meses. (C) um ano. (D) dois anos. (E) quatro anos.</p>	<p>9. A concussão e a corrupção passiva, esta na forma de solicitar, são crimes</p> <p>(A) formal e material, respectivamente. (B) materiais. (C) material e formal, respectivamente. (D) permanentes. (E) formais.</p>
<p>4. A chamada prescrição subsequente ou intercorrente concerne à prescrição</p> <p>(A) da pretensão executória, gerando futura reincidência. (B) da pretensão punitiva, gerando futura reincidência. (C) da pretensão executória, não gerando futura reincidência. (D) retroativa, não gerando futura reincidência. (E) da pretensão punitiva, não gerando futura reincidência.</p>	<p>10. No que concerne às contravenções penais, é correto afirmar que</p> <p>(A) a pena pode ser cumprida, inicialmente, em regime fechado. (B) a ignorância da lei nunca isenta de pena. (C) a pena de multa, se não paga, deve ser convertida em prisão simples. (D) geram reincidência, se praticadas após condenação definitiva por crime. (E) admitem a tentativa.</p>
<p>5. Nos crimes contra a honra, o chamado <i>animus narrandi</i> exclui a</p> <p>(A) tipicidade. (B) culpabilidade. (C) ilicitude. (D) imputabilidade. (E) punibilidade.</p>	<p>11. O condenado por crime hediondo que denunciar à autoridade a quadrilha por ele integrada, possibilitando seu desmantelamento,</p> <p>(A) deve ter reconhecida em seu favor causa de diminuição da pena. (B) faz jus ao perdão judicial. (C) deve ter considerada em seu favor circunstância atenuante. (D) não terá qualquer benefício. (E) deve ter declarada extinta a punibilidade.</p>
<p>6. No tocante aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que</p> <p>(A) é cabível o arrependimento posterior no crime de dano culposo. (B) no estelionato praticado contra irmão ilegítimo a ação penal é pública condicionada. (C) a receptação não admite a figura privilegiada do delito. (D) no roubo praticado contra ascendente há isenção de pena para o agente. (E) a coisa abandonada pode ser objeto de furto.</p>	<p>12. Expirado o prazo da suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95, sem revogação, o juiz declarará extinta a</p> <p>(A) ilicitude. (B) tipicidade. (C) punibilidade. (D) imputabilidade. (E) culpabilidade.</p>

<p>13. O crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor</p> <p>(A) é de ação penal pública incondicionada.</p> <p>(B) permite a suspensão condicional do processo prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95.</p> <p>(C) não prevê causas de aumento da pena.</p> <p>(D) não admite a transação penal prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/95.</p> <p>(E) não admite a composição dos danos civis prevista no art. 74 da Lei nº 9.099/95.</p>	<p>17. Se o tribunal, no julgamento de apelação interposta pela acusação, diminuir a pena aplicada ou absolver a pessoa condenada em primeiro grau, haverá o que a doutrina e a jurisprudência denominam de</p> <p>(A) <i>reformatio in pejus indireta</i>.</p> <p>(B) <i>reformatio in pejus direta</i>.</p> <p>(C) <i>reformatio in mellius</i>.</p> <p>(D) <i>reformatio in mellius indireta</i>.</p> <p>(E) <i>reformatio in pejus</i>.</p>
<p>14. As penas de multa, nos crimes tipificados na Lei nº 8.666/93, que instituiu normas de licitações e contratos administrativos,</p> <p>(A) podem ser aplicadas isolada ou alternativamente.</p> <p>(B) devem ser calculadas em índices percentuais nunca inferiores a 5% do valor do contrato licitado.</p> <p>(C) reverterão apenas para a Fazenda Estadual.</p> <p>(D) são fixadas em dias-multa.</p> <p>(E) devem ser calculadas, em índices percentuais, sobre o valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.</p>	<p>18. Na sentença criminal, o juiz</p> <p>(A) não pode dar ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia ou queixa, para impor pena mais grave, sem prévio aditamento.</p> <p>(B) pode condenar quando o promotor pede absolvição.</p> <p>(C) só poderá admitir agravante ou atenuante se tiver sido alegada.</p> <p>(D) deve, se o réu foi condenado, determinar sempre a expedição de mandado de prisão.</p> <p>(E) nunca poderá dispensar o relatório, nem mesmo quando julgar infração de menor potencial ofensivo.</p>
<p>15. O condenado a pena de detenção por crime previsto na Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97)</p> <p>(A) não terá direito ao livramento condicional.</p> <p>(B) deverá cumpri-la inicialmente no regime fechado.</p> <p>(C) não terá direito ao sistema progressivo de cumprimento.</p> <p>(D) poderá cumpri-la inicialmente no regime aberto.</p> <p>(E) deverá cumpri-la integralmente no regime fechado.</p>	<p>19. O ordenamento jurídico brasileiro, em matéria de prova, no processo penal,</p> <p>(A) não opõe restrição à produção de qualquer tipo de prova, em virtude de acolher o princípio da verdade real.</p> <p>(B) atribui ao acusado o ônus de provar a sua inocência, sob pena de, em não o fazendo, ser condenado.</p> <p>(C) considera nulo o processo se faltar o exame de corpo de delito, não admitindo o suprimento por prova testemunhal.</p> <p>(D) permite, como regra, à acusação e à defesa fazerem reperguntas ao réu no interrogatório.</p> <p>(E) adota, para a avaliação da prova, como regra, o sistema do livre convencimento motivado, mas, em relação ao júri, admite julgamento por convicção íntima.</p>
<p>16. Segundo disposição expressa da Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96), o juiz</p> <p>(A) poderá autorizar a interceptação de fluxo de comunicação em sistema de telemática.</p> <p>(B) não poderá, de ofício, determinar a interceptação telefônica.</p> <p>(C) não poderá autorizar a prorrogação da interceptação após encerrado o prazo máximo de 15 (quinze) dias.</p> <p>(D) está proibido de admitir, como prova, gravação clandestina e gravação ambiental.</p> <p>(E) poderá autorizar a interceptação de comunicações telefônicas quando a infração penal for punida com reclusão ou detenção.</p>	<p>20. Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça federal, e não à justiça estadual, julgar processo por</p> <p>(A) crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa privada.</p> <p>(B) crime de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.</p> <p>(C) crime em que o indígena figure como autor ou vítima.</p> <p>(D) crime praticado por prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.</p> <p>(E) contravenção penal em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades.</p>

<p>21. Se o juiz julga procedente pedido de restituição de coisa apreendida, apesar da discordância do promotor de justiça, este</p> <p>(A) poderá impetrar mandado de segurança, porque foi ofendido direito líquido e certo do Ministério Público em manter a coisa apreendida para prova do crime.</p> <p>(B) poderá interpor apelação, porque, segundo a doutrina e a jurisprudência, a decisão proferida é definitiva ou tem força de definitiva.</p> <p>(C) poderá interpor recurso em sentido estrito, porque há previsão expressa no Código de Processo Penal desse recurso para impugnar a decisão proferida.</p> <p>(D) poderá, em vez de recorrer, determinar à autoridade policial que realize nova busca e apreensão do bem.</p> <p>(E) não poderá recorrer, porque não há previsão de recurso contra a decisão proferida.</p>	<p>25. Em face dos princípios e das regras constitucionais de natureza processual penal,</p> <p>(A) o legislador não pode aumentar a competência do júri além dos crimes dolosos contra a vida, pois a Constituição limitou-a a estes crimes.</p> <p>(B) o juiz não pode admitir no processo prova derivada de prova ilícita, sendo acolhida na Constituição a teoria dos frutos da árvore envenenada.</p> <p>(C) o ofendido não pode acusar em crime de ação pública, ainda que subsidiariamente, pois a Constituição consagrou o monopólio do Ministério Público em relação a essa espécie de ação.</p> <p>(D) a pessoa presa pode ficar incomunicável em crimes de terrorismo, pois a Constituição Federal, expressamente, ressalva essa possibilidade no tocante a esse grave delito.</p> <p>(E) a autoridade policial não pode expedir mandado de busca e apreensão domiciliar, sendo exigido pela Constituição mandado judicial.</p>
<p>22. Das afirmações abaixo a que corresponde a súmula do Supremo Tribunal Federal sobre nulidade no processo criminal é:</p> <p>(A) O réu não pode alegar os defeitos da denúncia depois de ter sido proferida sentença condenatória.</p> <p>(B) É absoluta a nulidade do processo por falta de intimação do acusado a respeito da expedição de precatória.</p> <p>(C) É nula a decisão do tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.</p> <p>(D) No processo penal, a falta de defesa só causará nulidade se houver prova de prejuízo para o réu.</p> <p>(E) A nulidade não pode ser argüida por quem a ela deu causa.</p>	<p>26. Em relação aos procedimentos do Código de Processo Penal e de leis extravagantes, é correto afirmar que</p> <p>(A) no procedimento dos crimes falimentares, é prevista a instauração de inquérito policial, durante o qual deve ser observado o contraditório, não exigível em outros inquéritos.</p> <p>(B) a falta de oportunidade de defesa antes do recebimento da denúncia nos procedimentos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos causa, segundo orientação sumulada do Supremo Tribunal Federal, nulidade absoluta.</p> <p>(C) a exceção da verdade no procedimento dos crimes contra a honra, quando prevista, constitui defesa obrigatória do acusado.</p> <p>(D) no procedimento do júri, a presença do acusado para o julgamento em plenário é necessária, exceto nos crimes afiançáveis em que o julgamento pode ser feito à revelia.</p> <p>(E) distinguem-se o procedimento ordinário dos crimes de reclusão e o sumário dos crimes de detenção somente pela diversidade de prazos, sendo idêntica a seqüência dos atos do procedimento.</p>
<p>23. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11/07/1984)</p> <p>(A) não se aplica aos presos condenados por justiças especiais, aos quais se aplica legislação própria.</p> <p>(B) aplica-se ao preso provisório e ao internado submetido a medida de segurança.</p> <p>(C) não permite nenhuma restrição ao direito do preso de ter contato com o mundo exterior.</p> <p>(D) permite a colocação do preso em cela escura e a aplicação de sanções coletivas.</p> <p>(E) adotou a teoria administrativa sobre a natureza jurídica da execução penal.</p>	<p>27. No sistema brasileiro, o promotor de justiça</p> <p>(A) poderá, como o acusado, interpor embargos infringentes e de nulidade contra julgamento não unânime de apelação.</p> <p>(B) está impedido de impetrar ordem de habeas-corpus em favor do réu.</p> <p>(C) está, devido vedação expressa do Código de Processo Penal, impedido de pleitear revisão criminal.</p> <p>(D) não poderá apelar da sentença que aplicou pena restritiva de direitos em face de proposta feita por ele, aceita pelo autor do fato e defensor, em relação a infração de menor potencial ofensivo, conforme previsão da Lei nº 9.099/95.</p> <p>(E) não poderá desistir do recurso por ele interposto, embora perceba que errou, estando correta a sentença.</p>
<p>24. Em caso de sentença condenatória proferida por juiz do Juizado Especial Criminal,</p> <p>(A) o promotor de justiça poderá oferecer apelação em dez dias, da qual constarão as razões e o seu pedido.</p> <p>(B) o acusado poderá formular embargos de declaração em dois dias, ficando interrompido o prazo da apelação.</p> <p>(C) a competência para a execução da pena será sempre do próprio Juizado Especial.</p> <p>(D) a competência para julgar a apelação poderá ser de turma composta por juízes de primeiro grau, salvo se a pena for privativa de liberdade.</p> <p>(E) o acusado poderá apelar da sentença no prazo de cinco dias e, posteriormente, em oito dias apresentar as razões.</p>	

<p>28. A Lei dos Crimes Hediondos e Equiparados (Lei nº 8.072, de 25/07/1990),</p> <p>(A) foi, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, alterada pela Lei de Tortura na parte em que vedava a liberdade provisória com ou sem fiança para os crimes hediondos.</p> <p>(B) nega a apelação em liberdade ao réu reincidente em crimes hediondos.</p> <p>(C) admite livramento condicional para pessoa condenada por crime hediondo ou equiparado, salvo se for reincidente específico em crimes dessa natureza.</p> <p>(D) aumentou o tempo de prisão temporária da Lei nº 7.960, de 21/12/1989, de 05 (cinco) para 20 (vinte) dias e aumentou, para 03 (três), a possibilidade de reiteração da prisão.</p> <p>(E) foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, na parte em que veda a liberdade provisória com ou sem fiança.</p>	<p>31. Na sucessão de bens de estrangeiro situados no Brasil será</p> <p>(A) aplicada, em qualquer hipótese, a lei de sua nacionalidade, salvo se tiver filho brasileiro, quando obrigatoriamente será observada a lei brasileira.</p> <p>(B) aplicada a lei pessoal do <i>de cuius</i>, se for mais favorável do que a lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.</p> <p>(C) aplicada a lei brasileira, haja ou não filhos brasileiros e independentemente do lugar em que o <i>de cuius</i> era domiciliado.</p> <p>(D) aplicada a lei do país em que ocorreu o óbito, se for diverso daquele no qual o <i>de cuius</i> era domiciliado.</p> <p>(E) sempre observada a lei do país em que for domiciliado o filho ou o cônjuge brasileiro.</p>
<p>29. João e Paulo foram acusados, na comarca B, de terem cometido, em concurso, 1 (um) roubo e 2 (dois) furtos, sendo o primeiro na comarca A e os outros na comarca B. Ambos eram primários e de bons antecedentes. O juiz não concedeu liberdade provisória, porque havia notícia de que os dois pretendiam fugir, sendo necessária a prisão para garantia da aplicação da lei penal. Ao final, condenou-os, omitindo-se quanto à perda da função pública de Paulo, funcionário público, negando aos acusados o direito de apelar em liberdade. O promotor de justiça e os acusados apelaram. Estando os autos no tribunal, João fugiu.</p> <p>Com base nos dados acima, a alternativa correta é:</p> <p>(A) A acusação na comarca B não foi acertada porque o foro competente é o da comarca A, onde foi cometido o crime de roubo, punido mais gravemente.</p> <p>(B) O promotor não poderá pleitear, na apelação, que se declare a perda da função pública de Paulo, porque não formulou, antes, embargos declaratórios, havendo preclusão.</p> <p>(C) Os acusados têm, necessariamente, o direito de apelar em liberdade, porque são primários e têm bons antecedentes.</p> <p>(D) Apesar da fuga de João, a deserção não poderia mais ser declarada, porque os autos já estavam no tribunal para julgamento da apelação.</p> <p>(E) O juiz não poderia deixar de conceder a liberdade provisória, em virtude da primariedade e dos bons antecedentes dos acusados.</p>	<p>32. Dispõe o Decreto nº 24.643, de 10/07/1934, a respeito das águas comuns:</p> <p>"Art. 73. Se o prédio é simplesmente banhado pela corrente e as águas não são sobejas, far-se-á a divisão das mesmas entre o dono ou possuidor dele e o do prédio fronteiro, proporcionalmente à extensão dos prédios e às suas necessidades.</p> <p>Parágrafo único. Devem-se harmonizar, quanto possível, nesta partilha, os interesses da agricultura com os da indústria; e o juiz terá a faculdade de decidir <i>ex bono et aequo</i>."</p> <p>O meio de integração do Direito recomendado na disposição legal</p> <p>(A) são os princípios gerais do Direito.</p> <p>(B) é a analogia.</p> <p>(C) é a interpretação sistemática da lei.</p> <p>(D) são os brocardos jurídicos.</p> <p>(E) é a equidade.</p>
<p>30. Sobre o inquérito policial e a ação penal, é correto afirmar que</p> <p>(A) devido à exclusividade da atividade de polícia judiciária atribuída às polícias civis, federal e estadual, fica impedida qualquer investigação criminal por outros órgãos.</p> <p>(B) os princípios da oficialidade e da obrigatoriedade da ação penal pública não apresentam exceções no direito brasileiro.</p> <p>(C) após a Constituição Federal, com a Lei nº 9.099/95, dos Juizados Especiais Criminais, não é mais instaurado inquérito policial em relação a infrações com pena mínima igual ou inferior a um ano.</p> <p>(D) como a ação penal privada é regida pelo princípio da indivisibilidade, a renúncia, ainda que tácita, em relação a um dos supostos autores de crime se estende aos demais.</p> <p>(E) o inquérito policial, sendo procedimento, possui rito próprio que deve ser obedecido pela autoridade policial.</p>	<p>33. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, salvo a concordância do pai e da mãe.</p> <p>II. O prenome é imutável e só poderá ser alterado quando ridículo, mediante sentença do Juiz competente.</p> <p>III. O prenome é definitivo, admitindo-se, entretanto, sua substituição por apelidos públicos notórios.</p> <p>IV. O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioria civil poderá alterar o nome, se não prejudicar os apelidos de família.</p> <p>V. Pode ser averbado o nome abreviado utilizado em atividade profissional.</p> <p>A respeito do nome civil das pessoas naturais está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) I, IV e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) III, IV e V.</p> <p>(E) I, II e III.</p>

34. "X" faleceu, deixando um único herdeiro, o filho "Y" com cinco anos de idade. Entre os bens de "X" encontra-se um imóvel de 1.000 m², que não se comunicou a seu cônjuge em razão do regime de bens do casamento e que, desde quinze anos antes da morte de seu proprietário, era ocupado por "Z". Seis anos após a morte de "X", seu filho "Y", representado por sua mãe, ajuizou ação reivindicatória tendo por objeto o mencionado imóvel, sendo que, em defesa, "Z" alegou tê-lo adquirido por usucapião extraordinário, comprovando a posse com ânimo de dono. Neste caso, o usucapião
- (A) não se consumou porque não alcançado o prazo da chamada prescrição aquisitiva.
- (B) se consumou porque decorridos mais de vinte anos de ocupação com ânimo de dono, mas não pode ser alegado como matéria de defesa, pois não se trata de forma originária de aquisição de propriedade.
- (C) não se consumou apenas porque o prazo exigível foi interrompido com a morte de "X".
- (D) se consumou no momento do óbito de "X", porque a defesa deste não se transmite a seu herdeiro.
- (E) se consumou porque decorridos mais de vinte anos de ocupação com ânimo de dono, podendo a matéria ser alegada em defesa.

35. José, filho de Pedro, casou-se com Maria. Falecendo José, a viúva, por motivos não esclarecidos, deseja casar-se com Pedro ou, se este se recusar, pretende casar-se com Antonio, irmão do falecido José. O segundo casamento de Maria será
- (A) válido, se com Pedro ou com Antonio.
- (B) anulável, se com Pedro e válido se com Antonio.
- (C) nulo, se com Pedro e válido, se com Antonio.
- (D) anulável, se com Pedro ou com Antonio.
- (E) nulo, se com Pedro ou com Antonio.

36. Na sucessão hereditária aplica-se a seguinte regra:
- (A) a representação se dá apenas na linha reta descendente e ascendente.
- (B) a representação, na linha transversal, se dá em favor dos filhos de irmão do falecido, quando com irmão deste concorrerem.
- (C) entre os colaterais os mais próximos excluem os mais remotos, mas entre ascendentes a herança será dividida, caso haja diversidade em linha, mesmo não havendo igualdade de grau.
- (D) o herdeiro excluído por indignidade não fica impedido de administrar os bens que a seus filhos menores couberem na herança, em virtude da exclusão, por se tratar de um dos atributos do pátrio poder.
- (E) a representação só se dá na linha reta ascendente e entre colaterais.

37. Considere as seguintes afirmações:
- I. O direito aos alimentos pode ser deferido à companheira do homem separado judicialmente, que com ele viva há mais de cinco anos, ou dele tenha prole.
- II. Os parentes colaterais em quarto grau devem alimentos quando o parente que os pretende não tem bens, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção e o de quem se reclamam pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.
- III. Os pais que, na velhice, carência ou enfermidade, ficarem sem condições de proverem o próprio sustento, podem reclamar alimentos dos filhos maiores e capazes, até em caráter provisional.
- IV. Os conviventes não poderão exigir assistência material, em nenhuma hipótese, depois de dissolvida a união estável por rescisão.
- V. A conversão em divórcio extingue, automaticamente, a obrigação alimentar entre os cônjuges, determinada na sentença de separação judicial.
- Em relação aos alimentos está correto o que se afirma em
- (A) I, II e IV.
- (B) I, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II e III.

38. Sobre o contrato de fiança civil é INCORRETO afirmar que
- (A) somente o homem casado sob o regime de comunhão universal de bens não pode prestar fiança sem o consentimento de seu cônjuge.
- (B) renunciando ao benefício de ordem, o fiador pode ter seus bens executados antes dos bens do devedor.
- (C) a solidariedade com o afiançado não decorre de lei.
- (D) há solidariedade entre os que prestam fiança conjuntamente, a um só débito, salvo se reservarem o benefício da divisão.
- (E) não admite interpretação extensiva.

39. O ascendente precisa do consentimento dos demais descendentes para
- (A) doar qualquer bem imóvel a um dos descendentes.
- (B) locar bens imóveis acima de determinado valor a um dos descendentes.
- (C) vender a um dos descendentes.
- (D) celebrar qualquer tipo de sociedade com um dos descendentes.
- (E) dar em comodato bens imóveis a um dos descendentes.

40. No loteamento urbano, passam a integrar o domínio do município as vias e praças constantes do projeto e do memorial descritivo desde
- (A) o decreto que obrigatoriamente terá de expropriar esses espaços do proprietário do terreno loteado.
- (B) a imissão na posse, que terá de ser concedida em ação expropriatória se o loteador não concordar com o preço da indenização.
- (C) o momento em que todos os lotes estiverem vendidos, para salvaguarda de direitos de terceiros.
- (D) a data do registro do loteamento.
- (E) o pagamento integral do preço fixado, administrativa ou judicialmente, pela desapropriação dessas áreas ao loteador.

<p>41. Numa ação em que o autor seja o espólio, representado por advogado constituído, e haja notícia da existência de herdeiro incapaz, o Ministério Público</p> <p>(A) deve intervir por força de lei; todavia, não o fazendo, só poderá ser decretada a nulidade do processo se requerida pelo espólio interessado.</p> <p>(B) não está obrigado a intervir porque o espólio está no pólo ativo da relação processual; a obrigatoriedade só haverá se o espólio for réu.</p> <p>(C) não está obrigado a intervir porque o incapaz não é parte, mas apenas figura como herdeiro no processo.</p> <p>(D) está obrigado a intervir, sem o que poderá ser anulado o processo; pode aditar a inicial, e a intervenção se subordina ao interesse do incapaz, ao qual deve se conformar o respectivo parecer.</p> <p>(E) deve intervir necessariamente, sob pena de nulidade.</p>	<p>45. A respeito do procedimento sumário, é correto afirmar que</p> <p>(A) admite a intervenção de terceiro, salvo o recurso de terceiro prejudicado.</p> <p>(B) serão irrecuráveis as decisões sobre matéria probatória proferidas em audiência, as quais serão examinadas quando houver recurso da sentença que julgar a causa.</p> <p>(C) não tem lugar a confissão quanto à matéria de fato, no caso de não comparecimento do réu à audiência.</p> <p>(D) não admite a ação declaratória incidental.</p> <p>(E) o rito é cabível nas ações de cobrança de seguro em geral.</p>
<p>42. Sou advogado de Luiz Carlos e amicíssimo do juiz que preside uma ação de cobrança que meu cliente move a Carlos Miguel; além disso, o juiz é meu cliente numa ação de alimentos que lhe move a esposa da qual se separara. Nesse caso, objetivamente, o juiz</p> <p>(A) não está impedido, nem é suspeito.</p> <p>(B) está impedido de exercer as suas funções no processo.</p> <p>(C) está impedido apenas de sentenciar o processo.</p> <p>(D) é suspeito apenas porque é cliente do advogado.</p> <p>(E) é suspeito de parcialidade.</p>	<p>46. Considere as afirmações seguintes, relacionadas ao processo nos tribunais:</p> <p>I. Suscitar a instauração do incidente de jurisprudência é faculdade de qualquer juiz e da parte.</p> <p>II. Só o juiz pode solicitar a instauração do incidente de jurisprudência.</p> <p>III. Se a argüição de inconstitucionalidade for acolhida, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.</p> <p>IV. Se rejeitada a argüição de inconstitucionalidade, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.</p> <p>V. A sentença, tenha ou não apreciado o mérito, pode ser rescindida nos casos em que a lei admite a rescisória.</p> <p>Das hipóteses apresentadas, estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e V.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) IV e V.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>43. Com relação à tutela antecipada dos efeitos da sentença de mérito (CPC, art. 273), diz-se que</p> <p>(A) se confunde com a tutela cautelar precisamente porque, como esta, se limita a assegurar o resultado prático do processo.</p> <p>(B) não é tutela cautelar porque não se limita a assegurar o resultado prático do processo.</p> <p>(C) tanto o autor como o réu podem beneficiar-se dela.</p> <p>(D) o Ministério Público pode requerê-la apenas quando for parte.</p> <p>(E) se confunde com o julgamento antecipado da lide.</p>	<p>47. A respeito dos recursos é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) não se conhecerá do agravo na modalidade retido se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo tribunal.</p> <p>(B) nos embargos infringentes, se o desacordo for parcial, serão eles restritos à matéria objeto da divergência.</p> <p>(C) interposta apelação contra sentença que decidir o processo cautelar, será recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.</p> <p>(D) os recursos especial e extraordinário serão recebidos no efeito apenas devolutivo.</p> <p>(E) os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.</p>
<p>44. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida, entre outros casos, quando</p> <p>(A) violar direito adquirido.</p> <p>(B) proferida por juiz impedido, suspeito ou incompetente.</p> <p>(C) ofender a coisa julgada.</p> <p>(D) o autor obtiver documento capaz de, em face de outros elementos probatórios, lhe assegurar pronunciamento favorável.</p> <p>(E) resultar de dolo ou culpa da parte vencedora.</p>	

<p>48. A execução provisória far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observando-se, entre outros casos, que</p> <p>(A) permite, mediante caução idônea, os atos que importem em alienação do domínio.</p> <p>(B) não abrange atos que importem alienação do domínio.</p> <p>(C) fica sem efeito, sobrevindo sentença que modifique ou anule a que foi objeto da execução, ainda que tenha sido a modificação ou anulação apenas em parte.</p> <p>(D) corre por conta do devedor, independentemente de caução se se obrigar o credor a reparar os danos causados ao devedor.</p> <p>(E) não permite, em hipótese alguma, o levantamento de depósito em dinheiro.</p>	<p>52. Ocorre a integração das normas constitucionais quando</p> <p>(A) se verificar uma omissão, a qual será, sempre, suprida pela analogia; já a lacuna não pode ser suprida.</p> <p>(B) o intérprete busca encontrar o exato significado de cada termo empregado para reger a hipótese em exame.</p> <p>(C) já não se consegue, por via da interpretação, encontrar uma solução normativa para determinada hipótese concreta.</p> <p>(D) elas emanam do Poder Constituinte, passando a compor um conjunto equilibrado, uniforme e completo.</p> <p>(E) a interpretação jurídica da palavra, cujo conteúdo se busca, só pode ser encontrada no ramo do direito de onde foi emprestada.</p>
<p>49. Nas execuções fiscais, há que se observar, entre outras, as seguintes normas:</p> <p>(A) serão admitidas a reconvenção e a compensação, e as exceções, argüidas como matéria preliminar, serão processadas e julgadas com os embargos.</p> <p>(B) o prazo para oferecer embargos é de 15 (quinze) dias.</p> <p>(C) o prazo para oferecer embargos é de 10 (dez) dias.</p> <p>(D) na execução por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecante, que os apreciará e procederá à instrução e julgamento.</p> <p>(E) não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimento, serão argüidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos.</p>	<p>53. Tomás perdeu sua condição de brasileiro, porque sua naturalização foi cancelada, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. Nesse caso, Tomás</p> <p>(A) poderá obter uma nova naturalização, somente após o decurso de dez anos.</p> <p>(B) jamais poderá obter uma segunda naturalização.</p> <p>(C) será considerado como nunca tendo sido brasileiro, pois são <i>ex tunc</i> os efeitos da sentença.</p> <p>(D) só restabelecerá sua naturalização por decreto do Presidente da República</p> <p>(E) não poderá, nem mesmo mediante ação rescisória, restabelecer sua naturalização.</p>
<p>50. Aquele que pretender exigir a prestação de contas requererá a citação do réu e aquele que estiver obrigado a prestá-las requererá a citação do réu para as apresentar ou contestar a ação, no primeiro caso, e para aceitá-las ou contestar, no segundo, dentro do prazo de</p> <p>(A) 15 dias.</p> <p>(B) 10 dias.</p> <p>(C) 10 e 5 dias, respectivamente.</p> <p>(D) 5 e 10 dias, respectivamente.</p> <p>(E) 5 dias.</p>	<p>54. A idade mínima, variável segundo o cargo eletivo, é uma das condições de elegibilidade. Essa condição deve estar atendida na data do certame eleitoral, segundo entendeu o Tribunal Superior Eleitoral. Todavia, para a Lei nº 9.504, que estabelece normas para as eleições, esse limite é o dia</p> <p>(A) do alistamento eleitoral.</p> <p>(B) do registro da candidatura.</p> <p>(C) da diplomação.</p> <p>(D) da posse.</p> <p>(E) anterior às eleições.</p>
<p>51. Considere as afirmações:</p> <p>I. A Constituição Federal de 1988 introduziu o conceito, antes inexistente, de inconstitucionalidade por omissão.</p> <p>II. Se inconstitucionalidade é a não conformidade à Constituição, lógico é concluir-se que só ocorre por ação contrária à Carta maior.</p> <p>III. Já que existem as ações diretas de inconstitucionalidade e de constitucionalidade, não mais tem vigência, no direito brasileiro, o controle difuso por via de exceção.</p> <p>IV. A inconstitucionalidade só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou dos membros do respectivo órgão especial.</p> <p>São corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) I e II.</p>	

<p>55. A Constituição Federal prevê a possibilidade de se instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, e seus requisitos. Segundo a Constituição do Estado de Sergipe,</p> <p>(A) quando houver interesse comum, a instituição independe de os Municípios serem limítrofes.</p> <p>(B) uma região metropolitana só pode ser criada por lei complementar aprovada em cada um dos Municípios envolvidos.</p> <p>(C) a adesão de cada Município depende de Decreto do respectivo chefe do Poder Executivo.</p> <p>(D) a Lei Complementar Federal instituidora deve ser ratificada pelo Poder Legislativo Municipal.</p> <p>(E) essa criação deve, na forma da lei, ser ratificada pela Câmara de Vereadores dos Municípios que as compõem.</p>	<p>59. O Presidente da República, durante o recesso do Congresso Nacional, decretou estado de defesa em determinada área atingida por calamidade de grande proporção. Nesse caso, o Congresso Nacional será convocado, extraordinariamente, no prazo de</p> <p>(A) dez dias, apreciará o decreto pelo voto da maioria absoluta e, caso o rejeite, cessa imediatamente o estado de defesa.</p> <p>(B) cinco dias, apreciará o decreto pelo voto de dois terços de seus membros e, caso o rejeite, a medida não poderá ter sua vigência prorrogada ao fim do prazo.</p> <p>(C) cinco dias, apreciará o decreto pelo voto da maioria absoluta e, caso o rejeite, a medida não poderá ter sua vigência prorrogada ao fim do prazo.</p> <p>(D) cinco dias, apreciará o decreto pelo voto da maioria absoluta e, caso o rejeite, cessa imediatamente o estado de defesa.</p> <p>(E) dez dias, apreciará o decreto pelo voto de dois terços de seus membros e, caso o rejeite, cessa imediatamente o estado de defesa.</p>
<p>56. Considere a hipótese de Resolução do Congresso Nacional delegar ao Presidente da República a elaboração de uma lei, especificando seu conteúdo, os termos de seu exercício e determinando a apreciação do projeto pelo Poder Legislativo. Nesse caso, o Congresso Nacional deliberará em</p> <p>(A) votação única, sendo vedada qualquer emenda.</p> <p>(B) duas votações, em cada uma das Casas, sendo permitidas emendas supressivas e aditivas.</p> <p>(C) duas votações das Casas reunidas, sendo vedada qualquer emenda.</p> <p>(D) duas votações das Casas reunidas, sendo permitidas somente as emendas supressivas.</p> <p>(E) votação única, sendo permitidas somente as emendas supressivas.</p>	<p>60. Quanto ao idoso, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.</p> <p>(B) aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.</p> <p>(C) o amparo aos idosos tem por objetivo defender sua dignidade e bem-estar, além de lhes garantir o direito à vida.</p> <p>(D) amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, é dever apenas da sociedade e do Estado.</p> <p>(E) a gratuidade dos transportes coletivos urbanos aos idosos maiores de sessenta e cinco anos é uma defesa de seu bem-estar.</p>
<p>57. O Magistrado Túlius Eustáquio está em disponibilidade. A ele é</p> <p>(A) permitido dedicar-se à atividade político-partidária.</p> <p>(B) vedado exercer outra função, mesmo que de magistério.</p> <p>(C) vedado exercer outra função, salvo uma de magistério.</p> <p>(D) vedado exercer qualquer outro cargo ou função, público ou privado.</p> <p>(E) permitido exercer qualquer outra função pública.</p>	<p>61. Analise, no tocante ao seu conteúdo, os seguintes atos administrativos:</p> <p>I. Cassação da carteira de habilitação para dirigir e desapropriação de imóvel.</p> <p>II. Atribuição de diplomas, medalhas, títulos honoríficos e subsídios a fundo perdido.</p> <p>III. Licença ambiental, urbanística e para funcionamento de bancos.</p> <p>No que se refere à tipologia procedimental esses atos denominam-se, respectivamente,</p> <p>(A) decretos restritivos, ablatórios e permissivos.</p> <p>(B) regulamentos punitivos, declaratórios e concessivos.</p> <p>(C) provimentos ablatórios, concessivos e autorizatórios.</p> <p>(D) resoluções constitutivas, permissivas e ablatórias.</p> <p>(E) deliberações constritivas, autorizatórias e constitutivas.</p>
<p>58. Compete ao Tribunal de Justiça de Sergipe processar e julgar originariamente, nos crimes de responsabilidade,</p> <p>(A) o Vice-Governador do Estado.</p> <p>(B) os Juízes de Direito.</p> <p>(C) o Governador do Estado.</p> <p>(D) mesmo quando conexos com os do Governador, os Secretários de Estado.</p> <p>(E) os Membros do Ministério Público, salvo os da primeira instância.</p>	

<p>62. Medida Provisória convertida em lei, dentro de tempo hábil pelo Congresso Nacional, acarretou ato lesivo a terceiros. As hipóteses referem-se a duas situações:</p> <p>I. poderia ter sido expedida dentro dos pressupostos constitucionais e, todavia, o Congresso Nacional não a converteu em lei; e</p> <p>II. ser editada sem fundamento constitucional porque a matéria não seria daquelas a possibilitar a legislação anômala do Poder Executivo.</p> <p>É certo que, na primeira e segunda hipóteses, respectivamente,</p> <p>(A) está presente a responsabilidade objetiva do Estado, desde que ocorra dolo do Poder Legislativo; a responsabilidade objetiva é do Estado, e o Chefe do Executivo se limita a responder por ato de improbidade administrativa.</p> <p>(B) não haverá responsabilidade objetiva do Estado por qualquer modalidade de culpa porque o Poder Legislativo exerceu sua função constitucional; a responsabilidade objetiva também não será do Estado, mas do Chefe do Executivo, a ser apurada em ação ordinária constitucional.</p> <p>(C) existe a responsabilidade subjetiva do Estado independente de qualquer conduta do Poder Legislativo; a responsabilidade objetiva não pode ser atribuída ao Chefe do Executivo, a qualquer título tendo em vista a presença da relevância e urgência da medida.</p> <p>(D) não caberá responsabilidade objetiva do Estado, porém a subjetiva quedar-se-á com o Presidente da mesa do Congresso Nacional, que não tomou as providências cabíveis; a responsabilidade é do Estado e também do Chefe do Executivo desde que este tenha agido dolosamente.</p> <p>(E) existe a responsabilidade objetiva do Estado, com dolo ou culpa do Poder Legislativo; a responsabilidade objetiva é do Estado, porém a subjetiva (dolo ou culpa) queda-se com o Chefe do Executivo, a ser apurada em ação regressiva.</p>	<p>64. No que tange as limitações administrativas à propriedade, observe o que segue:</p> <p>I. A servidão administrativa pode ser efetivada mediante acordo, precedido de ato declaratório de utilidade pública da servidão.</p> <p>II. A requisição deverá ser expressa, e por força da anormalidade da situação não está sujeita a indenização.</p> <p>III. A ocupação temporária de imóvel tem regime idêntico da requisição e quanto ao poder oriundo do domínio aproxima-se da servidão administrativa.</p> <p>IV. Se o bem tombado ficar com sua utilização parcialmente reduzida, configurar-se-á o caso de expropriação indireta.</p> <p>V. Essas limitações inclusive a liberdade, são gerais, abstratas e atingem ou podem atingir a todos, ou a determinadas categorias.</p> <p>Nesses casos, SOMENTE são INCORRETOS os itens</p> <p>(A) II, III e IV.</p> <p>(B) II, III e V.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) IV e V.</p> <p>(E) I, III e V.</p>
<p>63. Em matéria de vinculação e discricionariedade a doutrina entende que,</p> <p>(A) no que diz respeito à finalidade do ato, em sentido restrito, existe vinculação, e em sentido amplo há discricionariedade.</p> <p>(B) na discricionariedade a administração está colocada diante de conceitos unissignificativos ou teóricos.</p> <p>(C) em relação ao sujeito do ato, este é sempre discricionário, porque aquele tem ampla liberdade de decisão.</p> <p>(D) diante de conceitos indeterminados, a discricionariedade dispensa a interpretação e a subsunção, o que não ocorre quanto a vinculação.</p> <p>(E) os atos vinculados são praticados quando esteja o administrador diante de conceitos plurissignificativos ou pragmáticos.</p>	<p>65. Diz-se que, em relação aos bens públicos, as áreas que se formaram, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagos, em seguimento aos terrenos de marinha são chamados terrenos</p> <p>(A) reservados, não podendo ser desapropriados e nem objetos de servidão, estando sujeito ao poder de polícia estadual</p> <p>(B) de mangue, que não podem ser expropriados e nem objeto de servidão, estando sujeitos ao poder de polícia federal e estadual.</p> <p>(C) de fronteira, podendo ser expropriados ou objeto de servidão, estando sujeitos, em tudo, ao poder de polícia federal</p> <p>(D) acrescidos, podendo ser desapropriados, sendo que as suas edificações devem obedecer a legislação municipal.</p> <p>(E) devolutos, que não podem ser desapropriados, mas possível a servidão pública, estando suas edificações sujeitas a legislação federal estadual e municipal.</p> <p>66. Em relação à matéria de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal, a despesa total com o pessoal ativo e inativo, em cada período de apuração e em cada ente da federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados para a União, Estados e Municípios, respectivamente:</p> <p>(A) 50%, 60% e 50%, abrangidas nesses limites, entre outras, as despesas de decisões judiciais referentes ao período anterior e ao de apuração.</p> <p>(B) 60%, 60% e 50%, não computadas nesses limites, entre outras, as despesas de convocação extraordinária dos órgãos legislativos.</p> <p>(C) 60%, 50% e 50%, abrangidas nesses limites, entre outras, as despesas de indenizações por demissão de servidores.</p> <p>(D) 50%, 50% e 60%, não abrangidas nesses limites, entre outras, as despesas com inativos custeadas com quaisquer recursos.</p> <p>(E) 50%, 60% e 60%, não computadas nesses limites, entre outras, as despesas de incentivo a demissão voluntária.</p>

<p>67. Dentre outros aspectos, diz-se que o Terceiro Setor é composto</p> <p>(A) por entidades privadas, com ou sem intuito de lucro, com finalidades educacionais, comerciais, sindicais, político-partidárias e assemelhadas.</p> <p>(B) por todos os órgãos que representam a Administração Pública indireta, especialmente as autarquias, sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas.</p> <p>(C) pelas agências reguladoras e executivas em parceria com as empresas privatizadas de determinado grupo, sujeitas à fiscalização do Poder Público.</p> <p>(D) por organizações de natureza privada, sem objetivo de lucro, dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante da Administração Pública.</p> <p>(E) pelo Estado (Poder Público), com a colaboração do Mercado em geral, das sociedades, associações civis e fundações com finalidades estabelecidas em lei.</p>	<p>69. O empresário "B" comprou junto à empresa "A" determinada quantidade de insumos indispensáveis para o exercício de suas atividades, para pagamento em 30 dias. A empresa "A", por sua vez, sacou a competente duplicata mercantil e, juntamente com o respectivo comprovante de entrega da mercadoria, cedeu o título, mediante endosso, para a instituição financeira "C", com quem realizou uma operação de desconto bancário. No vencimento da duplicata, "C" exige o valor de "B", que se recusa a pagá-lo na íntegra, sob o fundamento de que a mercadoria apresentou defeitos e que "A" atrasou a entrega de novas mercadorias escoimadas dos defeitos verificados. Nesse contexto, visando a satisfação do crédito representado pelo título, a instituição financeira poderá ajuizar a competente ação de execução</p> <p>(A) contra a empresa "B" ou contra a empresa "A", independentemente de protesto do título.</p> <p>(B) apenas contra a empresa "A", pois a duplicata mercantil não admite circulação por endosso, quando não é aceita formalmente pelo sacado.</p> <p>(C) apenas contra a empresa "B", pois "A", a partir do endosso, deixa de ter qualquer obrigação cambial.</p> <p>(D) apenas contra a empresa "A", pois "B" não faz parte da operação de desconto bancário.</p> <p>(E) contra a empresa "B", independentemente da solução da pendência entre esta e a empresa "A", pois "C" é estranho à relação que deu origem à duplicata.</p>
<p>68. Com respeito à desapropriação é correto afirmar:</p> <p>(A) Na necessidade pública, a desapropriação é feita pelo Estado para atender as situações normais, adquirindo o domínio e o uso de bens de outrem, ou seja, quando a utilização da propriedade é conveniente e vantajosa ao interesse público.</p> <p>(B) Entre seus fundamentos, encontram-se o político, consubstanciado na supremacia do interesse público sobre o interesse particular, sempre que inconciliáveis; e o principiológico relacionado às atividades finalísticas do Estado.</p> <p>(C) Ocorre a retrocessão quando não for observado todo o procedimento expropriatório, entrando o Poder Público na posse do bem, passando a agir como fosse seu proprietário, implicando o denominado apossamento administrativo.</p> <p>(D) A declaração de necessidade ou utilidade pública se apresenta como um ato administrativo vinculado, sendo veiculada por ato legislativo da esfera competente, opera a transferência do domínio, e priva o proprietário do imóvel de seus direitos dominiais.</p> <p>(E) Será de utilidade pública sempre que o Estado, para impor um melhor aproveitamento da terra urbana ou rural, e ainda para prestigiar certas categorias, adquire a propriedade de alguém e a trespassa a terceiro.</p>	<p>70. A sociedade comercial em situação irregular, assim considerada aquela cujo ato constitutivo (contrato social ou estatuto) não esteja devidamente arquivado no órgão oficial de registro de comércio,</p> <p>(A) pode requerer a falência de outro comerciante, quando credora de título executivo vencido.</p> <p>(B) está sujeita à paralisação compulsória de suas atividades, por ato da presidência da Junta Comercial do local da sua sede.</p> <p>(C) está apta a participar de concorrência pública, desde que seus sócios sejam todos brasileiros.</p> <p>(D) está sujeita à decretação de falência, mediante requerimento feito por seu credor detentor de título hábil.</p> <p>(E) não responde por obrigações de natureza fiscal ou trabalhista, pois não detém personalidade jurídica.</p> <p>71. No caso de falência de sócio de sociedade por quotas de responsabilidade limitada,</p> <p>(A) a sociedade não se extingue, devendo ser apurados os haveres do sócio falido e pagos à massa falida, salvo disposição contratual em sentido contrário.</p> <p>(B) a sociedade não se extingue e a massa falida passa a assumir a condição de sócia, podendo inclusive alienar as quotas a terceiros.</p> <p>(C) a sociedade extingue-se de pleno direito apenas se o sócio falido for majoritário.</p> <p>(D) as quotas de titularidade do sócio falido devem ser divididas entre os sócios remanescentes na proporção da participação de cada um no capital social, independentemente de qualquer pagamento em favor do falido ou da massa.</p> <p>(E) a sociedade extingue-se de pleno direito, a partir do momento da decretação da falência do sócio, independentemente de previsão contratual em sentido contrário.</p>

<p>72. A partir do deferimento do processamento da concordata preventiva, a concordatária</p> <p>(A) perde a administração de suas atividades, podendo, no entanto, alienar bens a qualquer tempo.</p> <p>(B) mantém a administração de seus bens e atividades, mas eventual alienação dos imóveis, durante a concordata, deve ser precedida de autorização judicial.</p> <p>(C) mantém a administração de suas atividades, mas a alienação de bens depende da anuência de todos os credores e do Ministério Público.</p> <p>(D) mantém a administração de seus bens e atividades, podendo alienar bens a qualquer tempo, salvo os integrantes do estabelecimento comercial.</p> <p>(E) perde a administração de suas atividades, as quais passarão a ser geridas por um comissário nomeado pelo juiz dentre os principais credores.</p>	<p>75. A respeito dos princípios e das limitações ao poder de tributar que regem o Sistema Constitucional Tributário, é correto afirmar que</p> <p>(A) as contribuições sociais destinadas à Seguridade Social e as contribuições de intervenção no domínio econômico devem obedecer ao princípio da anterioridade nonagesimal.</p> <p>(B) os empréstimos compulsórios instituídos para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, só podem ser exigidos no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que os instituiu.</p> <p>(C) as contribuições destinadas à Seguridade Social, recolhidas pelo empregador, podem ter suas alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.</p>
<p>73. Na alienação fiduciária em garantia,</p> <p>(A) o devedor fiduciante mantém a propriedade do bem objeto do contrato, a qual é transmitida ao credor somente na hipótese de inadimplemento.</p> <p>(B) o bem objeto do contrato deve necessariamente ter sido adquirido pelo devedor com os recursos obtidos no financiamento a que a garantia se prende.</p> <p>(C) o credor fiduciário, na hipótese de inadimplemento do devedor, pode optar entre a execução do contrato garantido ou a execução da garantia, hipótese em que poderá valer-se da ação de busca e apreensão do bem.</p> <p>(D) o bem objeto do contrato não pode ser imóvel.</p> <p>(E) o credor fiduciário deve manter a posse direta do bem objeto do contrato, a fim de que possa levá-lo a leilão, no caso de inadimplemento do devedor.</p>	<p>(D) o princípio da irretroatividade veda não somente a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou, mas também em relação às multas que devem ser aplicadas, independentemente se são mais benéficas ou não ao contribuinte.</p> <p>(E) os impostos extrafiscais (imposto de importação, imposto de exportação, imposto sobre produtos industrializados e imposto sobre operações financeiras) podem ter suas alíquotas alteradas sem a necessidade de lei estabelecendo condições e limites para tal modificação.</p>
<p>74. Considera-se como direito essencial do acionista de qualquer sociedade anônima, que não pode ser suprimido pelo estatuto,</p> <p>(A) a participação no acervo no caso de dissolução.</p> <p>(B) o reembolso do valor investido, na hipótese de discordância com deliberações tomadas pela diretoria ou conselho de administração.</p> <p>(C) o voto nas assembleias gerais ordinárias destinadas à aprovação das contas da diretoria.</p> <p>(D) a participação no conselho fiscal da companhia, com vistas a realizar auditoria nas contas da diretoria.</p> <p>(E) a indicação de pelo menos um dos membros da diretoria.</p>	<p>76. A responsabilidade de terceiros em matéria tributária NÃO se aplica</p> <p>(A) pessoalmente, quando da prática de atos ilícitos, sobre os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.</p> <p>(B) pessoalmente, sobre os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, quando seus atos forem lícitos ou sem excesso de poder.</p> <p>(C) solidariamente, sobre os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício.</p> <p>(D) solidariamente, quando da prática de atos lícitos, sobre os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.</p> <p>(E) solidariamente, sobre os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.</p>

<p>77. Considere as seguintes afirmações sobre o crédito tributário:</p> <p>I. A constituição do crédito tributário, por intermédio do lançamento por declaração, não é ato privativo de autoridade administrativa.</p> <p>II. A tutela antecipada e a medida liminar concedida em ação cautelar não são hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.</p> <p>III. O simples pagamento de tributo sujeito a lançamento por homologação extingue o crédito tributário.</p> <p>IV. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III. (B) III. (C) III e IV. (D) IV. (E) I e III.</p>	<p>80. Em matéria de execução fiscal, o prazo para a oposição dos embargos à execução será de</p> <p>(A) 10 dias contados da juntada do mandado de citação, nos autos do processo de execução, para pagamento ou para apresentação de penhora.</p> <p>(B) 10 dias contados do recebimento do mandado de citação para pagamento ou para apresentação de penhora.</p> <p>(C) 10 dias contados da juntada da prova de fiança bancária.</p> <p>(D) 15 dias contados da apresentação do bem à penhora.</p> <p>(E) 30 dias contados na intimação da penhora.</p>
<p>78. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo</p> <p>(A) relevante para qualificá-la a destinação legal do produto da sua arrecadação.</p> <p>(B) relevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.</p> <p>(C) relevante a correta destinação do valor arrecadado.</p> <p>(D) relevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei.</p> <p>(E) irrelevante para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.</p>	<p>81. Tendo em vista os direitos fundamentais no Estatuto da Criança e do Adolescente, é INCORRETO afirmar que a adoção</p> <p>(A) não pode ser feita por menores de 21(vinte um) anos de idade, nem pelos ascendentes e irmãos do adotando; e, no caso de um dos cônjuges adotar o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge do adotante e os respectivos parentes.</p> <p>(B) exige ser o adotante, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotado; sendo que a adoção internacional poderá ser condicionada a estudo prévio e análise de uma comissão estadual judiciária de adoção que fornecerá o respectivo laudo de habilitação.</p> <p>(C) pode ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer, no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença; sendo que a adoção não depende do consentimento dos pais quando desconhecidos ou destituídos do pátrio poder.</p> <p>(D) não pode ser deferida ao tutor ou curador em relação ao pupilo ou curatelado, enquanto não der conta de sua administração e saldar o seu alcance; e em se tratando de adotando maior de 12 (doze) anos de idade, será também necessário o seu consentimento.</p> <p>(E) pode ser feita também por procuração, se imprescindível, sendo necessário, em qualquer situação, que o adotando conte com, no máximo, 18 (dezoito) anos de idade à data do pedido; e, ainda, desliga-o de todos os vínculos com os pais e parentes.</p>
<p>79. A respeito dos tributos previstos na Constituição, é correto afirmar que</p> <p>(A) a contribuição de melhoria não pode ser exigida antes do início da obra pública.</p> <p>(B) os empréstimos compulsórios poderão ser instituídos pela União, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Distrito Federal para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.</p> <p>(C) as taxas podem ter a mesma base de cálculo de imposto.</p> <p>(D) na ausência do exercício do poder de tributar pelos Estados e pelos Municípios, a União poderá dispor, por intermédio de lei ordinária federal, sobre os tributos de competência dessas pessoas políticas.</p> <p>(E) após a Emenda Constitucional nº 29, de 13.09.2000, o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano pode ser exigido através de alíquotas progressivas desde que o Município possua plano diretor.</p>	<p>82. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente, dentre outras medidas, a</p> <p>(A) inserção em regime de semiliberdade, vedada a acumulação com qualquer outra medida específica de proteção ou sócio-educativa.</p> <p>(B) prestação de serviços à comunidade cumulada com a de orientação, apoio e acompanhamento temporários, que podem ser substituídas à qualquer tempo.</p> <p>(C) internação em estabelecimento educacional ou interdição de direitos nos casos graves e de reincidência, preferindo as medidas de caráter punitivo sobre as pedagógicas.</p> <p>(D) colocação em família substituta cumulada com a de abrigo em entidade, podendo ser alteradas até o terceiro mês, após o que tornam-se definitivas.</p> <p>(E) liberdade vigiada cumulada com medida de segurança não detentiva, que podem ser substituídas após o cumprimento de um sexto do período.</p>

<p>83. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, observe o que segue:</p> <p>I. O exercício efetivo da função de conselheiro no Conselho Tutelar assegura prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.</p> <p>II. O Conselho Tutelar tem a prerrogativa de expedir notificações e requisitar certidões de óbito do adolescente, quando necessário.</p> <p>III. A aplicação de medidas aos pais ou responsáveis é atribuição exclusiva do Juiz da Infância e Juventude que agirá por representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.</p> <p>IV. As decisões do Conselho Tutelar só podem ser revistas <i>ex officio</i> pela autoridade judiciária competente ou mediante representação do Ministério Público.</p> <p>V. É também atribuição do Conselho Tutelar assessorar o Prefeito Municipal local na elaboração da proposta orçamentária para programa de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>Diante disso, conclui-se que são corretas SOMENTE as assertivas</p> <p>(A) I, II e V. (B) II e III. (C) II, III e IV. (D) III, IV e V. (E) I e IV.</p>	<p>85. O Jornal "X" exibiu parcialmente a fotografia de "A", adolescente envolvido em ato infracional, contra o patrimônio e pessoa, permitindo sua identificação indireta. Nesse caso, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a empresa jornalística</p> <p>(A) responde por conduta criminosa, estando seus responsáveis sujeitos à pena detentiva e multa penal.</p> <p>(B) tendo cometido o fato através dos meios de comunicação, poderá sofrer multa civil ou penal, porém vedada a apreensão do periódico.</p> <p>(C) está sujeita a imposição de multa administrativa e apreensão da publicação do periódico até por 2 (dois) números.</p> <p>(D) será civil e penalmente responsável desde que o fato seja doloso e caracterize reincidência.</p> <p>(E) não responde por qualquer infração penal ou administrativa, por ser o fato atípico, será civilmente responsável.</p>
<p>84. No procedimento de apuração de ato infracional atribuído ao adolescente, é facultado ao representante do Ministério Público</p> <p>(A) conceder remissão após iniciado o procedimento judicial e até a sentença; efetuar transação; representar ao juiz para aplicação de medida sócio-educativa, se for o caso de internação em estabelecimento educacional; e promover o arquivamento dos autos.</p> <p>(B) aplicar medidas específicas de proteção e sócio-educativa; conceder remissão a qualquer tempo; promover o arquivamento dos autos; e requisitar da autoridade policial diligências complementares para sua decisão.</p> <p>(C) efetuar transação; requisitar da autoridade policial a aplicação de medidas específicas de proteção ou informações complementares; representar ao juiz para conceder remissão.</p> <p>(D) representar ao juiz para aplicação de medida sócio-educativa; conceder remissão antes de iniciado o procedimento judicial; promover o arquivamento dos autos; e requisitar da autoridade policial providências para a sua decisão.</p> <p>(E) homologar a remissão ou a transação; promover o arquivamento dos autos; aplicar medidas específicas de proteção e sócio-educativas que não impliquem restrição de liberdade; representar ao juiz para a integração social do adolescente.</p>	<p>86. Entre outros atos o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude NÃO poderá</p> <p>(A) impetrar mandado de injunção em qualquer juízo, instância ou tribunal, ainda que na defesa dos interesses individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.</p> <p>(B) receber, a que título for, qualquer remuneração pela consultoria jurídica prestada aos Conselhos Tutelares.</p> <p>(C) promover, de ofício, a especialização e inscrição de hipoteca legal por omissão dos pais ou responsáveis.</p> <p>(D) requisitar a colaboração do serviços médicos e hospitalares privados, mesmo para o desempenho de suas funções.</p> <p>(E) inspecionar entidades particulares de atendimento que desenvolvam programas de abrigo.</p> <p>87. A respeito da legitimação ativa para a ação civil pública ou coletiva, diz-se que</p> <p>(A) pode propô-las a associação civil constituída há mais de seis meses, com finalidades compatíveis com a defesa do interesse questionado.</p> <p>(B) só são legitimados os órgãos da administração pública, direta ou indireta, com personalidade jurídica.</p> <p>(C) para o ajuizamento de ação coletiva é obrigatório o prazo de pré-constituição de um ano.</p> <p>(D) aos sindicatos, em qualquer hipótese, se dispensa o prazo de pré-constituição.</p> <p>(E) o Ministério Público e a União podem propô-las de forma concorrente e disjuntiva.</p>

<p>88. Nas ações civis públicas, em tese,</p> <p>(A) os legitimados ativos podem representar passivamente a categoria, classe ou grupo, mesmo em reconvenção.</p> <p>(B) qualquer pessoa, física ou jurídica, pode ser parte passiva.</p> <p>(C) em matéria ambiental não se admite a desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica.</p> <p>(D) os entes sem personalidade jurídica, a exemplo dos consórcios, dos condomínios de apartamentos, a massa falida, o espólio, a sociedade de fato etc., não podem ser réus em ação civil pública.</p> <p>(E) o Ministério Público, enquanto órgão estatal desprovido de personalidade jurídica, pode ser parte passiva na relação processual.</p>	<p>91. Tendo-se em vista os casos em que cabe a transação na ação civil pública, pode tomar o compromisso de ajustamento de conduta,</p> <p>(A) qualquer dos legitimados ativos para a ação civil pública.</p> <p>(B) apenas o Ministério Público.</p> <p>(C) apenas os órgãos públicos com personalidade jurídica, mediante homologação judicial.</p> <p>(D) apenas os órgãos públicos legitimados à ação civil pública.</p> <p>(E) o Ministério Público ou qualquer dos legitimados ativos para ação civil pública, desde que com a anuência daquele.</p>
<p>89. Considere as seguintes afirmações, relacionadas ao interesse de agir na ação civil pública:</p> <p>I. Confundem-se o interesse de agir e o interesse processual conferido ao Ministério Público.</p> <p>II. O interesse de agir, tanto para o Ministério Público quanto para os demais legitimados, é presumido.</p> <p>III. Só em relação ao Ministério Público o interesse de agir é presumido.</p> <p>IV. O interesse de agir quanto ao Ministério Público e às demais entidades legitimadas é sempre presumido em face da relevância dos bens juridicamente protegidos.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) IV.</p> <p>(E) I e IV.</p>	<p>92. Na defesa dos interesses indivisíveis (difusos ou coletivos), a competência é afirmada pelo</p> <p>(A) domicílio do autor.</p> <p>(B) lugar do dano (competência funcional e absoluta).</p> <p>(C) lugar do dano (competência territorial e relativa).</p> <p>(D) lugar do dano ou domicílio do réu, concorrentemente.</p> <p>(E) domicílio do réu.</p>
<p>90. Em ação civil pública</p> <p>(A) admite-se tanto o litisconsórcio inicial como o ulterior.</p> <p>(B) há assistência litisconsorcial, se um co-legitimado ingressa em ação já proposta por outro e adita a inicial para alterar ou ampliar o objeto do processo.</p> <p>(C) há litisconsórcio ulterior, se um co-legitimado ingressa em ação já proposta por outro e o pedido continua o mesmo.</p> <p>(D) proposta pelo Ministério Público, oficiará, obrigatoriamente, como <i>custos legis</i>, outro membro da instituição.</p> <p>(E) só se admite o litisconsórcio inicial.</p>	<p>93. Quanto ao inquérito civil, é correto afirmar que</p> <p>(A) a decisão de não propor a ação civil pública não é matéria que enseja a prestação jurisdicional.</p> <p>(B) em caso de reforma da promoção do arquivamento, o membro ministerial que a tiver apresentado ficará obrigado a intentar a ação civil pública.</p> <p>(C) o controle do arquivamento submete-se ao Procurador Geral.</p> <p>(D) na fase de arquivamento não se admite arzoamento às associações interessadas.</p> <p>(E) o Ministério Público não promove, mas requer o seu arquivamento.</p> <p>94. Considere as seguintes proposições:</p> <p>I. Se a ação versar a defesa de interesses indivisíveis (interesses difusos ou coletivos, considerados estes em seu sentido estrito), o produto arrecadado irá para o fundo de que cuida a lei da ação civil pública.</p> <p>II. Se a ação versar a defesa de interesses indivisíveis (interesses individuais homogêneos), o produto deverá ser repartido entre os lesados.</p> <p>III. O objetivo do fundo é exclusivamente gerir recursos para reconstituição dos bens lesados.</p> <p>IV. Na lesão a interesses coletivos, os lesados são indeterminados e indetermináveis.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) IV.</p> <p>(E) I.</p>

<p>95. A sentença civil fará coisa julgada <i>erga omnes</i> nos limites da competência territorial do órgão prolator,</p> <p>(A) exceto se o pedido for julgado procedente.</p> <p>(B) e nos casos em que isto ocorrer, qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se das mesmas provas.</p> <p>(C) exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.</p> <p>(D) exceto se o pedido for julgado improcedente por qualquer motivo.</p> <p>(E) e nos casos em que isto ocorrer, apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se das mesmas provas.</p>	<p>98. Em cada Comarca de Sergipe, o titular da Promotoria de Justiça, com atribuições específicas, exerce o controle externo da atividade policial. Mas esse controle é exercido, concorrentemente, em todo o Estado,</p> <p>(A) pelo Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(B) pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.</p> <p>(C) pelo Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(D) pela Coordenadoria Geral do Ministério Público.</p> <p>(E) pelo Colégio de Procuradores de Justiça.</p>
<p>96. Com relação à execução da sentença condenatória proferida na ação civil pública, tem-se que,</p> <p>(A) quando se referir a interesses difusos e coletivos e se a associação não promovê-la em 60 dias após o trânsito em julgado, só o Ministério Público poderá fazê-lo substitutivamente.</p> <p>(B) em se tratando de interesses individuais homogêneos, a sentença de procedência, proferida em ação civil pública ou coletiva, admite apenas a execução coletiva.</p> <p>(C) em nenhuma hipótese, podem os co-legitimados à ação civil pública ou coletiva promover a liquidação ou a execução coletiva do julgado.</p> <p>(D) em se tratando de ações civis públicas ou coletivas, havendo abandono pela associação civil legitimada, faculta-se ao Ministério Público promover a execução.</p> <p>(E) quando se referir a interesses difusos e coletivos e a associação não promovê-la em 60 dias após o trânsito em julgado, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.</p>	<p>99. O Governador do Estado recebeu a lista tríplice mas, deixando transcorrer <i>in albis</i> o prazo legal, não nomeou o Procurador-Geral de Justiça do Estado. Nesse caso,</p> <p>(A) o Colégio de Procuradores de Justiça escolherá, em cinco dias, um dos integrantes da lista, empossando-o imediatamente.</p> <p>(B) assumirá o cargo, interinamente, o Procurador de Justiça mais antigo, até que ocorra a escolha definitiva dentro da lista tríplice.</p> <p>(C) caberá à Assembléia Legislativa, no prazo de quinze dias, escolher um dos integrantes da lista tríplice.</p> <p>(D) considerar-se-á nomeado o Procurador de Justiça mais antigo dentre os indicados.</p> <p>(E) será investido automaticamente no cargo o Procurador de Justiça mais votado.</p>
<p>97. Um membro do Ministério Público de Sergipe foi posto em disponibilidade compulsória por inoperância funcional. Nesse caso, ele</p> <p>(A) terá direito aos vencimentos proporcionais ao tempo de serviço e aguardará oportunidade de reintegração.</p> <p>(B) continuará sujeito às vedações constitucionais e sua vaga será provida.</p> <p>(C) não perderá sua vaga, da qual estará afastado com vencimentos integrais.</p> <p>(D) receberá a metade de seus vencimentos e continuará sujeito às vedações constitucionais.</p> <p>(E) poderá ocupar qualquer outro cargo público, mas estará classificado no quadro especial do Ministério Público.</p>	<p>100. Nos termos da Constituição do Estado de Sergipe e da Lei Complementar adequada, se o Procurador-Geral de Justiça foi destituído pela Assembléia Legislativa, pode-se dizer:</p> <p>(A) o Poder Legislativo deliberou por, no mínimo, dois terços de seus membros.</p> <p>(B) o Colégio de Procuradores de Justiça deu autorização para o procedimento pelo voto de três quintos de seus membros.</p> <p>(C) houve prévia representação aprovada pelo voto de dois terços dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, em caso de abuso de poder.</p> <p>(D) a iniciativa do procedimento de destituição foi de qualquer Procurador de Justiça, à qual se seguiu a representação ao Poder Legislativo aprovada pela maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça.</p> <p>(E) apurou-se abuso de poder e o Poder Legislativo agiu em caso de sua exclusiva competência e iniciativa.</p>